

Livelo S.A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022	7
Demonstrações dos resultados dos exercícios	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
1. Contexto operacional.....	12
2. Base de preparação	12
3. Principais práticas contábeis.....	14
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	24
5. Instrumentos financeiros	25
6. Contas a receber, líquido de perdas esperadas	26
7. Impostos a recuperar	28
8. Despesas antecipadas	28
9. Depósitos judiciais	29
10. Adiantamentos a fornecedores.....	29
11. Outros créditos.....	29
12. Investimentos	30
13. Imobilizado.....	31
14. Intangível	31
15. Fornecedores.....	32
16. Contas a pagar operacionais.....	32
17. Salários e encargos.....	32
18. Impostos e contribuições a recolher	33
19. Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis.....	33
20. Obrigações com parceiros e clientes	34
21. Arrendamento mercantil	35
22. Outras contas a pagar	36
23. Partes relacionadas.....	36
24. Remuneração pessoal chave da Administração.....	37
25. Patrimônio líquido	37
26. Imposto de renda e contribuição social diferidos	38
27. Receita líquida	39
28. Custos.....	40
29. Despesas com pessoal	40
30. Despesas gerais e administrativas	40
31. Outras receitas/(despesas)	41
32. Resultado financeiro	41
33. Gerenciamento de risco	41
34. Transações não-caixa	44
35. Cobertura de seguros.....	44
36. Eventos subsequentes	45

Relatório da Administração

À Acionista,

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Livelu S.A. ("Livelu"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Livelu alcançou em 2023 faturamento de R\$ 5,4 bilhões e lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão, aumentos de 23% e 25,6%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A margem líquida foi de 22%, crescimento de 1 p.p. versus 2022, enquanto o caixa atingiu R\$ 3,8 bilhões. O patrimônio líquido alcançou R\$ 964 milhões e os ativos totais contabilizaram R\$ 5,4 bilhões. Desse resultado, a Livelu alocou para a distribuição de dividendos, o montante previsto no seu Estatuto Social, correspondente a 25% do lucro líquido.

A Livelu continuará a perseguir em 2024 o fortalecimento de sua posição dos seus negócios centrais bem como investimentos estratégicos de diversificação, com constante foco na experiência e satisfação dos diferentes clientes.

Assim, a Livelu tem investido em inovação nas suas plataformas de produtos e serviços, apoiada em novas tecnologias, segurança e agilidade, de forma a manter sua posição de liderança no mercado brasileiro de recompensas, e reforço na sua relevância como um canal de vendas para empresas parceiras. A Livelu também expandiu sua presença no dia a dia de mais de 45 milhões de clientes com novos produtos, serviços e parcerias, tanto no meio digital quanto no físico.

Outros marcos para a Sociedade foi o reconhecimento de marca *Top of Mind* do segmento de Fidelidade em 2023, segundo pesquisa da ABEMF (Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Fidelização). A empresa também foi destaque em premiações relevantes como *Great Place To Work*® Brasil, ReclameAqui e Conarec.

Ao encerrarmos o exercício social de 2023, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros comerciais e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

A Administração

Barueri, 28 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
Livelo S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Livelo S.A. (“Sociedade” ou “Livelo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Livelo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Livelo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.825.768	3.916.203	Fornecedores	15	52.040	67.063
Instrumentos financeiros	5.a	93.574	-	Contas a pagar operacionais	16	10.322	32.696
Contas a receber	6	899.888	799.704	Salários e encargos	17	39.816	41.422
Impostos a recuperar	7	27.461	107.322	Impostos e contribuições a recolher	18	64.786	34.823
Despesas antecipadas	8	18.715	16.102	Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	19	1.588	659
Adiantamento a fornecedores	10	7.076	55.322	Obrigações com parceiros e clientes	20	3.852.105	3.926.869
Outros créditos	11	11.908	8.169	Dividendos a pagar	25.e	265.667	211.530
Total ativo circulante		4.884.390	4.902.822	Passivo de arrendamento mercantil	21	1.553	2.199
				Outras contas a pagar	22	60.071	82.891
				Total passivo circulante		4.347.948	4.400.152
Despesas antecipadas	8	432	1.642	Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	19	24.915	22.378
Depósitos judiciais	9	24.593	22.185	Salários e encargos	17	7.376	8.252
Ativo fiscal diferido	26.b	49.106	53.035	Passivo fiscal diferido	26.b	39.340	14.830
Investimentos	12	330.735	254.924	Passivo de arrendamento mercantil	21	3.953	3.201
Imobilizado	13	11.439	11.809	Total passivo não circulante		75.584	48.661
Intangível	14	86.758	3.905	Capital social	25.a	139.100	139.100
Total ativo não circulante		503.063	347.500	Reserva legal	25.b	27.820	27.820
				Reserva de retenção de lucros	25.c	797.001	-
				Reserva de expansão	25.d	-	634.589
				Total do patrimônio líquido		963.921	801.509
Total do Ativo		5.387.453	5.250.322	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.387.453	5.250.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livelo S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida	27	4.911.831	4.014.838
Custos	28	<u>(3.541.353)</u>	<u>(2.832.596)</u>
Lucro bruto		<u>1.370.478</u>	<u>1.182.242</u>
Despesa com pessoal	29	(184.522)	(155.745)
Gerais e administrativas	30	(375.804)	(321.580)
Resultado com equivalência patrimonial	12	49.352	19.772
Outras receitas	31	63.695	34.569
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>923.199</u>	<u>759.258</u>
Receitas financeiras	32	668.794	527.553
Despesas financeiras	32	<u>(35.141)</u>	<u>(26.946)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>1.556.852</u>	<u>1.259.865</u>
Impostos correntes	26.a	(465.747)	(348.755)
Impostos diferidos	26.a	<u>(28.437)</u>	<u>(64.991)</u>
Lucro líquido dos exercícios		<u>1.062.668</u>	<u>846.119</u>
Lucro líquido básico por ação (em R\$)		7,640	6,083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livelo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido dos exercícios	1.062.668	846.119
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.062.668	846.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livelo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Reservas de lucros				Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		139.100	27.820	-	341.933	-	508.853
Lucro do exercício		-	-	-	-	846.119	846.119
Dividendos adicionais		-	-	-	(341.933)	-	(341.933)
Reserva de expansão	25.d	-	-	-	634.589	(634.589)	-
Dividendos obrigatórios	25.e	-	-	-	-	(211.530)	(211.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		139.100	27.820	-	634.589	-	801.509
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.062.668	1.062.668
Dividendos adicionais	25.e	-	-	-	(634.589)	-	(634.589)
Reserva retenção de lucros	25.c	-	-	797.001	-	(797.001)	-
Dividendos obrigatórios	25.e	-	-	-	-	(265.667)	(265.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		139.100	27.820	797.001	-	-	963.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livelo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		1.062.668	846.119
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.a	28.439	64.991
Depreciações / amortizações	30	15.255	4.532
Provisão para perdas esperadas		10.073	(3.410)
Resultado com equivalência patrimonial	12	(49.352)	(19.772)
Passivos contingentes	19	3.466	2.161
Resultado de bens de uso baixados		3.184	-
Juros sobre arrendamento	21	592	342
Ganho de capital	31	(77.566)	(31.355)
(Aumento) / redução nos ativos e passivos operacionais			
Instrumentos financeiros		(93.574)	-
Contas a receber		(114.132)	(338.489)
Impostos a recuperar		79.861	61.691
Despesas antecipadas		(1.403)	(10.413)
Adiantamento a fornecedores		52.121	65.835
Outros créditos		(3.739)	(3.443)
Depósitos judiciais		(2.408)	(2.129)
Fornecedores		(15.023)	(28.033)
Contas a pagar operacional		(22.374)	(133.069)
Salários e encargos		(2.482)	14.409
Impostos e contribuições a recolher		370.905	289.879
Impostos pagos		(340.942)	(277.984)
Obrigações com parceiros e clientes		(74.764)	569.488
Outras contas a pagar		(22.820)	2.299
Arrendamento mercantil a pagar		(6.519)	(1.878)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		799.466	1.071.771
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Participação societária em coligada		(35.934)	(212.954)
Juros sobre capital próprio		20.033	9.157
Adições ao imobilizado e intangível		(27.881)	(6.043)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(43.782)	(209.840)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	25.e	(846.119)	(455.911)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(846.119)	(455.911)
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		(90.435)	406.020
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		3.916.203	3.510.183
Saldo final		3.825.768	3.916.203
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(90.435)	406.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Livelo S.A. ("Sociedade" ou "Livelo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, nº 512, 1º andar, Edifício Condomínio *Evolution Corporate*, Alphaville, tendo como acionista a Elo Participações Ltda. ("Elopar") cujos controladores indiretos são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.

A Sociedade tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores

reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:

- *Breakage*:

Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*. Vide nota explicativa 27.

- Realização dos créditos e débitos tributários:

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Sociedade na determinação das estimativas futuras quando à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Vide nota explicativa 26.

- Perda de crédito esperada:

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Vide nota explicativa 6.

- Avaliação das provisões de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias:

A Sociedade possui processos trabalhistas, cíveis e tributários em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Vide nota explicativa 19.

d. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A seguinte alteração e interpretação das normas contábeis que foram publicadas pelo CPC, não resultaram em impacto para as demonstrações financeiras da Sociedade:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Sociedade não espera impacto relevante na adoção dessas alterações.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (CA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Quando os termos contratuais geram, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto *Solely Payments of Principal and Interest* (“SPPI”).

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também podem incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Sociedade possui estruturas de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele.

c. Despesas antecipadas

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Sociedade e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, influência significativa e coligadas estão apresentados na nota explicativa 12.

Conforme o CPC 18, influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Conforme o CPC 18, em seu item 5: "Se o investidor mantém direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Por outro lado, se o investidor detém, direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. A propriedade substancial ou majoritária da investida por outro investidor não necessariamente impede que um investidor tenha influência significativa sobre ela".

Conforme CPC 18, em seu item 6: A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.

e. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos em uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07/CPC 04 (R1))	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos

g. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;
- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

h.Redução ao valor recuperável (*impairment*)

h.1 Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

h2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base

nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Passivos contingentes** – Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;
- **Obrigações legais** - As obrigações legais classificadas como prováveis são devidamente provisionadas.

k. Reconhecimento da receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato;
- Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;
- Etapa 3: Alocação do preço da transação;
- Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- Etapa 5: Reconhecimento da receita.

Desta forma, a Livelo classifica suas receitas em três tipos: Resgate de pontos, *Breakage*, e Comissão de Vendas.

Receita de resgate de pontos: A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelo.

Receita de *breakage*: Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, e o reconhecimento gradual dos pontos que vão expirar, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*. O reconhecimento da receita ocorre quando os pontos são expirados efetivamente, e pela estimativa de pontos que vão expirar.

Receita sobre comissão de vendas: Refere-se a receita gerada pela utilização da plataforma e serviço, sendo cobrado um valor de comissão do parceiro.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

m. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Sociedade não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Livelo incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa		
Caixa e bancos	5.477	1.400
Equivalentes de caixa		
Fundos de investimentos (a)	3.269.381	3.876.268
Certificado de depósito bancário (b)	550.910	38.535
Total	3.825.768	3.916.203

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos, que tem como política e objetivo investir em títulos de renda fixa referenciados pelo DI. Estes fundos são administrados pelo Banco Bradesco

S.A. e BB Asset Management e possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

As aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa 23.

5. Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022
	Vencimento até 365 dias	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos privados			
Swap (a)	93.574	93.574	-
Total	93.574	93.574	-
Circulante		93.574	-
Não circulante		-	-

(a) A Sociedade possui um contrato de *Swap* designado como *hedge* de taxa de juros, com valor nominal de R\$ 324 milhões, com remuneração de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI.

b. Ativos e passivos financeiros – classificação

Ativos financeiros	Classificação	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fundos de investimentos	VJR	Nível 2	3.269.381	3.269.381	3.876.268	3.876.268
Certificado de depósito bancário	VJR	Nível 2	550.910	550.910	38.535	38.535
Swap	VJR	Nível 2	93.574	93.574	-	-
Contas a receber	CA	Nível 2	917.348	899.888	803.217	799.704
Total de ativos financeiros			4.831.213	4.813.753	4.718.020	4.714.507

Passivos financeiros	Classificação	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	CA	Nível 2	52.040	52.040	67.063	67.063
Contas a pagar operacionais	CA	Nível 2	10.322	10.322	32.696	32.696
Obrigações com parceiros e clientes	CA	Nível 2	3.852.105	3.852.105	3.926.869	3.926.869
Passivo de arrendamento mercantil	CA	Nível 2	5.506	5.506	5.400	5.400
Outras contas a pagar	CA	Nível 2	60.071	60.071	82.891	82.891
Total de passivos financeiros			3.980.044	3.980.044	4.114.919	4.114.919

Não houve transferência entre níveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(a) Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.

6. Contas a receber, líquido de perdas esperadas

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	93.114	116.127
Partes relacionadas	824.234	687.090
(-) Provisão de perdas esperadas (a)	(17.460)	(3.513)
Total	899.888	799.704
Circulante	899.888	799.704
Não circulante	-	-

(a) Aumento relevante nas provisões para perda esperada decorre da exposição ao risco de crédito da Sociedade junto a uma empresa de grande porte do setor de varejo, a qual entrou com pedido de recuperação judicial durante o exercício de 2023. Atualmente a Sociedade possui ativos no valor total a receber em R\$ 13.942, as quais foram 100% provisionadas.

A provisão de perda esperada de clientes da Sociedade são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Sociedade dispõe de políticas internas e instrumentos contratuais para a mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de “default”.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(3.513)	(3.488)
Acréscimos	(19.153)	(10.835)
Reversões	5.206	10.810
Saldo no final do exercício	(17.460)	(3.513)

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. A Sociedade conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa 33.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos. A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

A carteira à receber da Sociedade observa baixos índices históricos de inadimplência, exceção feita a operação atual com uma empresa de grande porte do setor de varejo. Estas classes de carteiras, devido a boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apurou contratos em inadimplência com vencimentos acima de 60 (Sessenta) dias no montante total de R\$ 15.158 que corresponde a um índice de aproximadamente 1,68% de toda a carteira a receber de clientes.

O modelo de perda esperada considera na sua apuração as variáveis de PD (*Probability of Default*) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de *Bureau* externos, e EAD (*Exposure at Default*) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração, em conjunto com as técnicas de *Override* para redução de exposição considerando instrumentos de mitigação de riscos formalizadas nos contratos unilaterais com as respectivas contrapartes.

Dadas as características do modelo de negócio da Sociedade, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do cálculo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas, e suas respectivas provisões calculadas:

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
31 de dezembro de 2023			
Contas a receber	902.963	1,93%	17.460
Total	902.963		17.460
31 de dezembro de 2022			
Contas a receber	747.640	0,47%	3.513
Estoque de pontos antecipados (a)	54.184	7,15%	3.876
Total	801.824		7.389

(a) Estoque de pontos antecipados: Exposição ao risco decorre da compra de pontos antecipados junto a parceiros da Sociedade, com direito de uso futuro. Valores contabilizados no grupo de contas 'Adiantamento a Fornecedores' vide nota explicativa nº 10. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas transações com risco de exposição de crédito.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	23.198	15.999
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.656	12.997
Impostos a compensar	765	78.276
Outros	842	50
Total	27.461	107.322
Circulante	27.461	107.322
Não circulante	-	-

8. Despesas antecipadas

	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de manutenção	14.616	10.215
Serviços profissionais	4.488	7.190
Outros	43	339
Total	19.147	17.744
Circulante	18.715	16.102
Não circulante	432	1.642

9. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Depósito garantia	24.321	22.131
Bloqueio judicial	272	54
Total	24.593	22.185
Circulante	-	-
Não circulante	24.593	22.185

10. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	7.076	1.728
Compra de pontos antecipada (a)	-	57.470
Provisão para perdas esperadas	-	(3.876)
Total	7.076	55.322
Circulante	7.076	55.322
Não circulante	-	-

(a) Refere-se a estratégias comerciais da Sociedade na aquisição de pontos com parceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não havia saldo referente a operação.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(3.876)	(7.310)
Acréscimos	(19.200)	(12.267)
Reversões	23.076	15.701
Saldo no final do exercício	-	(3.876)

11. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	7.405	8.166
Juros sobre capital próprio à receber	4.434	-
Adiantamento a terceiros	69	3
Total	11.908	8.169
Circulante	11.908	8.169
Não circulante	-	-

12. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos contábeis na investida apresentavam os seguintes valores:

Empresa	31/12/2023						31/12/2022		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Quantidade de ações (mil)	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento	5.700.000	12.129.689	2.468.466	73.395	2,7267%	330.735	49.352	254.924	19.772
						330.735	49.352	254.924	19.772

Ainda que a Livelo S.A. tenha adquirido ações que importem em um percentual de participação inferior a 20% da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, há indicativo de influência significativa. No decorrer do exercício de 2023, houveram aquisições de ações.

Para efeito de cálculo de equivalência patrimonial foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2023 de acordo com o artigo 248 da Lei nº 6.404/76: “I - O valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas.”

13. Imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	2.678	(1.576)	1.102	1.325
Móveis e equipamentos de uso	2.765	(1.349)	1.416	1.391
Sistema de comunicação	576	(551)	25	54
Sistema de processamento de dados	16.508	(13.399)	3.109	3.725
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.597	(2.981)	616	1.125
Direitos de uso sobre bens	6.032	(861)	5.171	4.189
Total	32.156	(20.717)	11.439	11.809

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

	Saldo final 31/12/2022	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo final 31/12/2023
Instalações	1.325	44	-	(267)	1.102
Móveis e equipamentos de uso	1.391	293	-	(268)	1.416
Sistema de comunicação	54	-	-	(29)	25
Sistema de processamento de dados	3.725	553	-	(1.169)	3.109
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.125	29	-	(538)	616
Direitos de uso sobre bens	4.189	6.033	(3.184)	(1.867)	5.171
Total	11.809	6.952	(3.184)	(4.138)	11.439

No exercício de 2023 foram realizadas baixas nos ativos imobilizados no montante de R\$ 3.184. Em 2022 não ocorreram baixas.

14. Intangível

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Carteira de Clientes	48.810	(6.973)	41.837	-
Projetos	29.955	(1.092)	28.863	2.944
Software e licenças de uso	9.896	(3.312)	6.584	961
Marcas	7.977	(1.196)	6.781	-
Outros intangíveis	2.877	(184)	2.693	-
Total	99.515	(12.757)	86.758	3.905

A movimentação dos saldos do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

	Saldo final 31/12/2022	Aquisição	Amortização	Saldo final 31/12/2023
Carteira de Clientes	-	48.810	(6.973)	41.837
Projetos	2.944	26.962	(1.043)	28.863
Software e licenças de uso	961	7.344	(1.721)	6.584
Marcas	-	7.977	(1.196)	6.781
Outros intangíveis	-	2.877	(184)	2.693
Total	3.905	93.970	(11.117)	86.758

Nos exercícios de 2023 e 2022, não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

15. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	51.960	66.622
Outros	80	441
Total	52.040	67.063
Circulante	52.040	67.063
Não circulante	-	-

16. Contas a pagar operacionais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do contas a pagar operacionais é de R\$ 10.322 (R\$ 32.696 em 31 de dezembro de 2022), e corresponde aos valores a serem repassados aos parceiros de vendas através do resgate dos pontos pelos usuários.

17. Salários e encargos

	31/12/2023	31/12/2022
Gratificações	30.806	35.389
Provisão de férias	9.293	7.455
Encargos sociais	5.616	5.639
Outras obrigações trabalhistas	1.477	1.191
Total	47.192	49.674
Circulante	39.816	41.422
Não circulante	7.376	8.252

18. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS	28.515	19.437
IR / CSLL	25.566	7.098
PIS	5.998	4.118
IRRF a recolher	3.018	2.842
ISS	459	232
INSS	2	15
Outros tributos a recolher	1.228	1.081
Total	64.786	34.823
Circulante	64.786	34.823
Não circulante	-	-

19. Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo.

b) Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c) Obrigações legais – tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a “Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias”, realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	24.915	22.378
Cíveis	1.588	659
Total	26.503	23.037
Circulante	1.588	659
Não circulante	24.915	22.378

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldo Inicial 31/12/2022	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização (a)	Saldo Final 31/12/2023
Tributárias	22.378	-	-	2.537	24.915
Cíveis	659	2.244	(1.712)	397	1.588
	23.037	2.244	(1.712)	2.934	26.503

(a) Refere-se a atualizações monetárias e atualizações processuais.

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente.

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	4.736	2.206
Trabalhista	209	147
	4.945	2.353

20. Obrigações com parceiros e clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Receita diferida de pontos (a)	3.647.514	3.698.032
Custo de resgate de pontos	182.736	226.267
Provisão pontos doados	21.855	2.570
Total	3.852.105	3.926.869
Circulante	3.852.105	3.926.869
Não circulante	-	-

(a) Refere-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

21. Arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente tem duração de 5 anos, com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O pagamento da parcela do arrendamento é efetuada mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é a arrendatária são apresentadas abaixo:

	Sado final 31/12/2022	Adição	Baixas	Aluguéis	Juros	Saldo final 31/12/2023
Arrendamento mercantil	5.400	6.033	(3.184)	(2.151)	(592)	5.506
Total	5.400	6.033	(3.184)	(2.151)	(592)	5.506
Circulante	2.199					1.553
Não circulante	3.201					3.953

a) Operações de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem as opções de renovação sem data limite estipuladas para requerimento por parte da Sociedade observando somente que no vencimento do contrato vigente a Sociedade deverá devolver o espaço ou itens arrendados objeto do contrato em perfeito estado de conservação.

b) Taxas de desconto

A taxa de desconto é considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por ano e taxa média de desconto	Taxa % a.a.
Ano 2023	12,75%
Ano 2024	9,00%
Ano 2025	8,50%

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação do arrendamento	6.633	5.506
PIS/COFINS potencial (9,25%)	614	509

22. Outras contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Desenvolvimento, manutenção e suporte (a)	24.049	34.692
Provisões de <i>marketing</i>	22.408	36.494
Contas a pagar partes relacionadas	5.864	3.980
Serviços profissionais	3.445	6.323
Provisões de despesas gerais e administrativas	831	1.149
Outros pagamentos	3.474	253
Total	60.071	82.891
Circulante	60.071	82.891
Não circulante	-	-

(a) Refere-se substancialmente a valores de infraestrutura (banco de dados, *data center*, prevenção a fraude).

23. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda), investida com influência significativa (Cielo S.A. – Instituição de Pagamento).

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa (a)				
Banco Bradesco S.A.	1.836.696	309.208	2.885.485	309.868
Banco do Brasil S.A.	1.575.111	200.771	1.030.045	122.052
Banco Digio S.A.	4.681	(2.879)	669	14.936
Contas a receber				
Banco do Brasil S.A.	117.748	-	127.318	-
Banco Bradesco S.A.	121.854	-	120.380	-
BB Cartões	1.944	-	2.518	-
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento	577.209	5.477	424.512	7.027
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	2	-	-	-
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(265.667)	-	(211.530)	-
Outras contas a pagar				
Banco do Brasil S.A.	-	(935)	-	(649)
Banco Bradesco S.A.	(46)	(1.945)	-	(1.110)
Elo Participações Ltda.	(5.864)	(52.681)	(3.980)	(31.472)

(a) As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, todos com liquidez diária estão apresentados no valor bruto.

24. Remuneração pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios de curto prazo	15.329	18.906
Bônus de longo prazo	2.614	1.335
Total	17.943	20.241

25. Patrimônio líquido

25.a Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 139.100 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 139.100 em 31 de dezembro de 2022), é representado por 139.100.000 (cento e trinta e nove milhões e cem mil) de ações, sendo 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações ordinárias e 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionista				
Elo Participações Ltda.	139.100.000	100%	139.100.000	100%
Total	139.100.000	100%	139.100.000	100%

25.b Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve constituição da reserva legal, pois ela encontra-se no limite de 20% do capital, totalizando o montante de R\$ 27.820.

25.c Reserva de retenção de lucros

A Administração da Livelo propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$ 797.001, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Sociedade, a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.

25.d Reserva de expansão

Os lucros não distribuídos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram destinados a Reserva de expansão no montante de R\$ 634.589. Em 6 de maio de 2023 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva do ano de 2022.

25.e Dividendos obrigatórios

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos no montante de R\$ 846.119 (R\$ 455.911 em 31 de dezembro de 2022), sendo: (i) R\$ 211.530 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) R\$ 634.589 de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Sociedade provisionou dividendos no montante de R\$ 265.667 em 31 de dezembro de 2023, referente a parte do lucro líquido do exercício de 2023 (R\$ 211.530 em 31 de dezembro de 2022).

26. Imposto de renda e contribuição social diferidos

26.a Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) deduzido das participações no resultado	1.556.852	1.259.865
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	529.330	428.354
Efeito no cálculo dos tributos:		
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.179	735
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	3.425	2.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.437	64.991
Participação nos lucros - funcionários	104	1.811
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	(21.754)	(63.711)
Incentivos fiscais	(13.644)	(8.084)
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	(16.113)	(6.139)
Equivalência patrimonial	(16.780)	(6.723)
Imposto de renda e contribuição social	494.184	413.746
Sendo:		
Impostos correntes	465.747	348.755
Impostos diferidos	28.437	64.991
	494.184	413.746

(a) Refere-se a movimentação de perdas esperadas sobre contas a receber (nota explicativa 6), e a adiantamento a fornecedores (nota explicativa 10).

26.b Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
	31/12/2022			31/12/2023
Provisão para contingências fiscais	7.608	863	-	8.471
Provisão para contingências cíveis	224	316	-	540
Participação nos lucros - funcionários	8.986	-	(521)	8.465
Provisão para despesas administrativas	34.900	-	(9.205)	25.695
Provisão para perda esperada	1.317	4.618	-	5.935
Total dos ativos diferidos	53.035	5.797	(9.726)	49.106
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	53.035	5.797	(9.726)	49.106
Receita de atualização de depósito judicial	(1.476)	(745)	-	(2.221)
Arrendamento mercantil (CPC 06)	(2.694)	(731)	-	(3.425)
Outras receitas	(10.660)	(23.034)	-	(33.694)
Total dos passivos diferidos	(14.830)	(24.510)	-	(39.340)
Total líquido dos impostos diferidos	38.205	(18.713)	(9.726)	9.766

26.c Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	6.460	2.835	9.296
Até 2 anos	346	125	470
	6.806	2.960	9.766

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2023, calculado considerando a taxa Selic do estudo técnico atualizada em 2023 (11,75%), líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 8.693.

27. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de resgate de pontos	4.752.690	4.008.581
Receita de <i>breakage</i>	439.320	352.684
Receita de comissão de vendas	229.452	65.469
Impostos sobre serviços	(509.631)	(411.896)
Total	4.911.831	4.014.838

28. Custos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo operações com resgate de pontos	(3.856.128)	(3.076.331)
Custo serviços de hospedagem e manutenção do portal	(31.811)	(36.273)
Custo central de atendimento	(28.367)	(19.319)
Custo serviços profissionais de prevenção a fraude	(7.238)	(3.084)
Custo despesas com vendas	(179)	(93)
Crédito tributário (a)	382.370	302.504
Total	<u>(3.541.353)</u>	<u>(2.832.596)</u>

(a) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

29. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	(91.351)	(70.844)
Encargos sociais	(32.763)	(26.262)
Benefícios	(28.162)	(19.650)
Gratificação	(27.113)	(35.946)
Treinamento	(2.412)	(757)
Despesas diversas de pessoal	(2.721)	(2.286)
Total	<u>(184.522)</u>	<u>(155.745)</u>

30. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com infraestrutura (a)	(120.367)	(124.011)
Despesa de <i>marketing</i> (b)	(91.509)	(86.683)
Honorários profissionais	(61.074)	(57.564)
Despesas compartilhadas (c)	(52.681)	(31.472)
Depreciações e amortizações	(15.255)	(4.532)
Despesas de contribuições e doações	(13.412)	(8.276)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(4.484)	(2.793)
Serviços de terceiros	(2.983)	(1.732)
Despesas de aluguel e manutenção (d)	(1.518)	(501)
Despesas com telefonia	(1.178)	(439)
Despesas com material de escritório	(299)	(263)
Outras despesas administrativas (e)	(11.044)	(3.314)
Total	<u>(375.804)</u>	<u>(321.580)</u>

(a) Refere-se substancialmente a infraestrutura da central de atendimento e manutenção e suporte de informática.

(b) Refere-se substancialmente a campanha de divulgação da marca por meios de comunicação.

(c) Pagamento correspondente a atividades compartilhadas com a Elo Participações Ltda. (CAC).

(d) Refere-se substancialmente a renegociação de aluguel e adequação de *layout*.

(e) Refere-se substancialmente a despesa com outros impostos e taxas.

31. Outras receitas/(despesas)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendas com participação societária (a)	77.566	31.355
Venda ativo imobilizado	-	5
Provisão para perdas esperadas	(10.073)	3.410
Outras despesas operacionais	(3.798)	(201)
Total	<u>63.695</u>	<u>34.569</u>

(a) Registro realizado conforme PPA (elaborado com data base 31/12/2023 sobre os investimentos adquiridos em 2022 pela Sociedade R\$ 67.008 e resultado de compra vantajosa de participação societária realizada em outubro de 2023.

32. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras	612.966	498.300
Atualizações monetárias	918	-
Outras receitas financeiras	54.910	29.253
Total de receitas financeiras	<u>668.794</u>	<u>527.553</u>
PIS e COFINS sobre a receita financeira	(29.383)	(24.494)
Despesas bancárias	(5.285)	(1.991)
Variação cambial negativa	(25)	(21)
Atualização monetária	-	(17)
Abatimentos e descontos	-	(1)
Outras despesas financeiras	(448)	(422)
Total de despesas financeiras	<u>(35.141)</u>	<u>(26.946)</u>
Resultado financeiro	<u>633.653</u>	<u>500.607</u>

33. Gerenciamento de risco

a. Contexto operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na EloPar de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b. Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o grupo. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

c. Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta no risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera como cenário base um choque de 300bps (*bases points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação. A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Exposição ao risco de mercado	3.820.293	3.914.804
Choque 300bps R\$/MM	10.254	33.420
Choque 300bps % PL	1,1%	4,2%

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizados e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Passivos financeiros não derivativos	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Fornecedores	52.040	52.040	-
Contas a pagar operacionais	10.322	10.322	-
Salários e encargos	47.192	39.816	7.376
Dividendos a pagar	265.667	265.667	-
Impostos e contribuições a recolher	64.786	64.786	-
Passivos contingentes	26.503	1.588	24.915
Obrigações com parceiros e clientes	3.852.105	3.852.105	-
Arrendamento mercantil a pagar	5.506	1.553	3.953
Outras contas a pagar	60.071	60.071	-
Passivo fiscal diferido	39.340	-	39.340
Total	4.423.532	4.347.948	75.584

Os valores registrados em “Contas a pagar operacionais”, decorrem dos eventos de resgate de pontos pelos usuários no programa de recompensas da Sociedade, o qual gera o evento de contas a pagar para o respectivo parceiro de vendas.

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar o programa de recompensas, todos os valores dos recursos em “Contas a pagar operacionais”, são considerados com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

Os valores registrados em “Obrigações com parceiros e clientes” referem-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

O prazo médio de resgate de pontos pelos usuários dos programas da Livelo gira em torno de 732 (setecentos e trinta e dois) dias corridos, conforme histórico de clientes até o período de fechamento do exercício, desta maneira observamos uma baixa probabilidade de necessidade de liquidez imediata frente a todas as obrigações com o estoque de pontos atual da Sociedade.

A rubrica de “Obrigações com parceiros e clientes” registrada no passivo circulante, contempla o estoque de pontos, que se encontra disponível para resgate imediato por parte dos parceiros e clientes.

A Sociedade possui um saldo total de caixa e equivalentes em cerca de R\$ 3.825.768 (Nota explicativa 4).

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d. Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da Área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da “EloPar” controladora da Sociedade.

e. Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional, é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Livelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

34. Transações não-caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Transações de investimentos não-caixa			
Contratos de arrendamento	21	6.033	-
Rendas com participação societária	31	77.566	31.355
Total		83.599	31.355

35. Cobertura de seguros

A Sociedade tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 4.903 (R\$ 4.361 em 31 de dezembro de 2022) para danos materiais e R\$ 120.000 (R\$ 120.000 em 31 de dezembro de 2022) para responsabilidade civil.

36. Eventos subsequentes

Em 5 de fevereiro de 2024, a Elo Participações Ltda. (“EloPar”) e suas controladas Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”), e Livelo S.A (“Livelo”), em conjunto com seus controladores indiretos Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., encaminharam através de suas controladas, respectivamente Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (“Quixaba”) e BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”), comunicado aos “Acionistas Controladores” da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), informando a respeito de sua decisão de realizarem, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na CVM, da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo. O pedido de registro da OPA na CVM será realizado no prazo previsto na regulamentação vigente.

A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores (Quixaba e BB Elo) e sociedades (ii) EloPar, (iii) Alelo e (iv) Livelo, com o objetivo de realizar a aquisição, até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas pelas Ofertantes e/ou pelos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, e ações detidas pela própria Companhia e mantidas em tesouraria (“Ações Objeto da Oferta”). O preço ofertado de cada ação objeto da OPA será de R\$ 5,35 reais.

A EloPar contratou empresa avaliadora independente para elaborar o laudo de avaliação da Companhia. A data base considerada para avaliação da Companhia foi 31 de dezembro de 2023.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

LIVELO S.A.



André Fehlauer

Diretor Presidente

Esther Dalmas

Diretora

Flávio Augusto Corrêa Basilio

Diretor

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos

Contador

CRC 1SP225353/O-0
